



# Observatório da Oposição

5 DE FEVEREIRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 36

## Contratos milionários da SECOM beneficiam personagens de escândalos de corrupção

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

**RM**

**SENADOR ROGÉRIO MARINHO**

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL  
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

# PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

ECONOMIA

3

TRABALHO E EMPREGO

4

AGRO

5

MEIO AMBIENTE

## SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

**EVAIR**  
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL  
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



# POLÍTICA

## Contratos milionários da SECOM beneficiam personagens de escândalos de corrupção

**Compadre de ministro vira sócio de agência com R\$ 920 milhões em contratos de publicidade do governo**

### Síntese

- Em 2023, a SECOM divulgou informações detalhadas sobre os pagamentos feitos às empresas contratadas, totalizando cerca de R\$ 364,63 milhões. Esse valor representa um aumento aproximado de 55% em comparação com os gastos no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, em 2019.
- Identificamos a existência de conflitos de interesse na contratação de empresas cujos sócios têm histórico de envolvimento com escândalos de corrupção, enfrentam investigações por crimes junto a órgãos de controle ou têm conexões pessoais com o dirigente da SECOM, ministro Paulo Pimenta.



## Análise

- Em 2023, [a SECOM divulgou informações sobre os pagamentos feitos às empresas contratadas](#), em conformidade com a Instrução Normativa MPDG nº 2/2016 e a Lei nº 12.527/2011.
- Realizamos a compilação dos pagamentos listados com o intuito de aferir o montante global pago a cada uma das empresas contratadas pelo órgão.
- Em 2023, a SECOM pagou um total de R\$ 364,63 milhões aos fornecedores, conforme detalhado na Tabela 1. Esse valor representa um aumento de aproximadamente 55% em comparação com os gastos no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, em 2019.
- É digno de nota o direcionamento de recursos substanciais para a contratação de fornecedores que possuem quadros societários com histórico controverso, com destaque para a Propeg Comunicação S/A, a Nova S/B Comunicação LTDA e a Agência Nacional de Propaganda LTDA (Nacional Comunicação).

**Tabela 1 - Dados sobre pagamentos e execução contratual da SECOM - 2023, por fornecedor.**

Fornecedor	CNPJ	Valor
Calia/Y2 Propaganda e Marketing Ltda	04.784.569/0002-27	R\$ 97.854.040,42
Propeg Comunicação S/A.	05.428.409/0003-99	R\$ 86.767.007,32
Nova S/B Comunicação LTDA	57.118.929/0002-18	R\$ 82.598.612,69
Agência Nacional de Propaganda LTDA	61.704.482/0004-06	R\$ 76.947.240,39
IPRI - Instituto de Pesquisa de Reputação e Imagem LTDA	11.077.560/0001-60	R\$ 6.297.803,76
M. Checon Design e Cenografia LTDA	15.392.953/0001-10	R\$ 4.904.577,24
Empresa Brasil de Comunicação	09.168.704/0001-42	R\$ 4.075.987,11
Faleiros Montagens e Eventos Ltda-ME	05.664.394/0001-04	R\$ 3.349.739,22
Artplan Comunicações S/A	33.673.286/0004-78	R\$ 1.811.324,15
Athalaia Gráfica e Editora LTDA	02.717.866/0001-43	R\$ 28.080,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 364.634.412,30</b>

Fonte: [SECOM](#)

## Propeg Comunicação S/A

- Em 2023, a Propeg Comunicação S/A recebeu cerca de R\$ 86 milhões da SECOM e conta com sócios que anteriormente estiveram envolvidos na gestão da PPR Publicidade (Agência NBS), uma agência implicada em escândalos revelados pela [Operação Mapa da Mina](#).
- A investigação da Operação Mapa da Mina descobriu um esquema de transferências entre a empresa de telefonia Oi/Telemar e o grupo Gamecorp/Gol, no qual Fábio Luis Lula da Silva (Lulinha), filho do presidente Lula, constava como sócio. [Essas transferências, registradas como pagamentos por serviços, totalizaram cerca de R\\$ 132 milhões](#). Na época, a PPR Publicidade foi identificada como parte envolvida na operação do esquema.



Carta Capital



- Durante o período em que foram identificadas transferências incomuns da PPR Publicidade para a Gamecorp, Gustavo Giudice (atual sócio da Propeg) era diretor da PPR Publicidade, juntamente com o primo do banqueiro Daniel Dantas, Roberto Dantas.

## Nova S/B Comunicação LTDA

- A Nova S/B Comunicação LTDA recebeu R\$ 82 milhões em pagamentos da Secom no ano passado. Consta no quadro societário da empresa o nome de José Otaviano Pereira.
- [José Otaviano Pereira desempenhou os cargos de diretor comercial e diretor de marketing dos Correios](#). Durante sua gestão como diretor de Marketing dos Correios, foi firmado o contrato entre a estatal e a agência de publicidade SMPB, de propriedade de Marcos Valério Fernandes de Souza, em 2003. A transação fazia parte do que ficou nacionalmente conhecido como o escândalo do Mensalão.
- [De acordo com depoimento do ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais dos Correios, Maurício Marinho](#), Otaviano representava os interesses do ministro Luiz Gushiken (Comunicação de Governo), sendo por ele indicado para integrar a comissão de licitação na área de publi-

cidade. Afirmou ainda que Otaviano foi responsável pelo aditivo no contrato que a estatal estabeleceu com a agência de Marcos Valério.

- O [escândalo do Mensalão](#), descoberto em 2005 por meio de uma gravação secreta, envolveu o repasse de fundos de empresas para o Partido dos Trabalhadores (PT) em troca de apoio político. José Dirceu, então ministro da Casa Civil, foi acusado de chefiar o esquema.

## Agência Nacional de Propaganda LTDA

- A Agência Nacional de Propaganda LTDA (Nacional Comunicação), que obteve cerca de R\$ 77 milhões da SECOM, incorporou Juliano Corbellini em sua estrutura societária. Juliano é padrinho de um dos filhos do ministro-chefe da SECOM, Paulo Pimenta.
- Nas agendas oficiais, consta que [Corbellini visitou a Secom no Palácio do Planalto pelo menos quatro vezes este ano e teve acesso ao Palácio em 22 dias nos primeiros três meses do governo Lula](#), antes de se tornar sócio na agência.
- Além do contrato com a SECOM, a Nacional Comunicação atende os ministérios da Saúde, das Cidades e do Desenvolvimento Social, auferindo o montante de R\$ 920 milhões em contratos com o Governo Federal.
- Destacamos que há um evidente conflito de interesses devido à relação de compadrio entre o dirigente do órgão responsável pela contratação e um dos sócio de empresa fornecedora de serviços para o ente público. Acreditamos que há uma afronta a diversos instrumentos governamentais de *compliance*, com destaque para o Código de Conduta da Alta Administração Federal e nova lei de licitações.

"13. Pode a autoridade indicar profissional para atuar em processo ou negócio no interesse privado de pessoa ligada por laços de negócio, associação formal ou informal, amizade, compadrio ou parentesco?

Em nenhuma hipótese a autoridade pública pode dar apoio técnico a interesse privado em processo ou negócio em contraposição ao interesse do Poder Público. A simples indicação de profissional, não obstante, não caracteriza apoio técnico, não sendo, pois, vedada, a não ser que se trate de processo ou negócio que dependa, direta ou indiretamente, de ação ou omissão da própria autoridade ou de servidor ou empregado

a ela subordinado, caso em que, para prevenir-se de situação que suscite conflito, deve considerar-se impedido”.

[Código de Conduta da Alta Administração Federal.](#)

”Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação”.

[Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.](#)

- Outro nome que merece uma avaliação cuidadosa na Nacional Comunicação é o de Fausto Severo Trindade, sócio da empresa Alhambra Comunicações e Participações Ltda, empresa que compõe o quadro societário da Nacional Comunicação.
- Fausto é filiado ao PT Rio Grande do Sul e já trabalhou como assessor do deputado federal Lindbergh Faria, quando este esteve na [Prefeitura de Nova Iguaçu e no Senado Federal](#).
- Em sua passagem pela Prefeitura de Nova Iguaçu, [Fausto foi acusado de organizar um esquema de "mensalinho" na Câmara Municipal](#), assegurando apoio político à gestão através de cargos e favores.
- Fausto também foi assessor de Guido Mantega, quando esteve à frente da pasta do Planejamento, atestando o trânsito que possui na alta cúpula petista.
- Por fim, convém salientar que [a agência é investigada pela Controladoria Geral da União](#) pelo uso indevido de informações privilegiadas e fraude em licitações.





## Governo Lula rasga a Constituição e usa publicidade oficial para atacar adversários

**SECOM publica conteúdos contra opositores do petista em canais institucionais da Presidência; uso indevido da comunicação oficial viola a legislação**

### Síntese

- A SECOM faz uso dos canais institucionais da Presidência para atacar adversários políticos de Lula, como exemplificado por postagens ironizando eventos como a cassação de Deltan Dallagnol e a inelegibilidade de Jair Bolsonaro.
- O uso indevido da comunicação institucional fere o princípio da impessoalidade e a moralidade pública, contrariando o caráter neutro e apartidário que deveria prevalecer nas instituições nacionais, conforme preconiza a Constituição Federal.

- A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM) tem realizado uma série de ataques a adversários políticos do presidente Lula, utilizando os canais institucionais da Presidência.
- Em maio de 2023, um dia após a cassação do deputado Deltan Dallagnol, ex-procurador da Lava Jato, a SECOM publicou postagem utilizando o formato de Power Point para ironizar o ocorrido. No passado, Deltan Dallagnol fez uso de [figuras nativas do Power Point para indicar as acusações contra Lula](#) identificadas pela Operação Lava Jato.

“O Governo segue trabalhando para melhorar a vida da população, com programas como o Brasil Sorridente, Mais Médicos, Bolsa Família, entre outras conquistas.

Temos convicção de que ainda temos muito trabalho pela frente, é só o começo da união e reconstrução de um Brasil melhor”.



[Governo do Brasil \(@govbr\), na rede social X.](#)

- Em junho de 2023, logo após a declaração de inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro pelo Tribunal Superior Eleitoral, a SECOM divulgou publicação para esclarecer o fato. Para tanto, utilizou a expressão “Grande Dia”, rotineiramente por Bolsonaro para fazer anúncios de seu governo.

“Sextou só com notícia boa!!! A Petrobras anunciou mais uma redução no preço da gasolina para as distribuidoras e no gás de cozinha. O litro da gasolina passa de R\$ 2,65 para R\$ 2,52, uma redução de R\$ 0,14 o litro. O botijão de 13kg passa a custar R\$ 31,66. Grande dia!”



Economia

Petrobras **reduz preço** da gasolina e do gás de cozinha a partir de amanhã



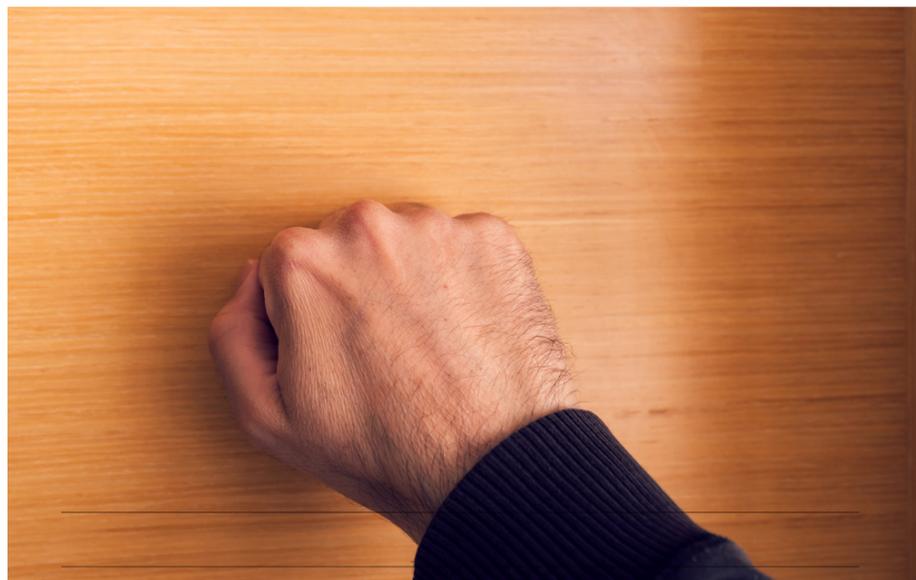
[Governo do Brasil \(@govbr\), na rede social X.](#)

- Em janeiro de 2024, a SECOM fez duas postagens com a intenção de debochar de Bolsonaro e sua família. Na ocasião, a página oficial do governo referenciou um meme criado por Joice Hasselmann sobre visitas da Polícia Federal a apoiadores de Bolsonaro. De modo subjacente, o texto fazia alusão à operação da PF, envolvendo o vereador Carlos Bolsonaro.

“Quando os agentes comunitários de saúde baterem à sua porta, não tenha medo, apenas receba-os. Com o aumento no números de casos de dengue no país, o trabalho dos agentes comunitários de saúde é essencial para a prevenção da doença”.



Toc, toc, toc...



[Governo do Brasil \(@govbr\)](#), na rede social X.

“#GRANDEDIA | Só notícia boa!

A partir de quinta-feira (1º), o salário mínimo de R\$ 1.412 começa a ser pago. O novo valor entrou em vigor neste dia 1º de janeiro com aumento de R\$92”.



[Governo do Brasil \(@govbr\)](#), na rede social X.

- Se restava alguma dúvida sobre as intenções subjacentes do governo, o ministro da SECOM, Paulo Pimenta, foi explícito ao mencionar a conveniência de aproveitar as “janelas de oportunidade e fluxo” das comunicações digitais.
- Verificamos na declaração do ministro da Secom uma inconsistência com falas anteriores. Há apenas alguns meses, o ministro afirmava veementemente que a Secom não deixaria de manter o caráter institucional para obter visibilidade no plano digital.

“É difícil para quem raciocina em uma linguagem analógica tradicional entender o papel dos algoritmos nas ‘janelas de oportunidades e fluxos’ que a comunicação digital precisar considerar. É como se tivesse um trem em alta velocidade passando. Se eu ficar na frente sou atropelado. Se eu embarco junto, viajo na velocidade do trem, e levo junto a minha mensagem [...]”.

[Paulo Pimenta, ministro da SECOM.](#)

“Não esperem da Secom uma política de ‘lacração’. Não é essa a função da Secom. Muitas vezes as pessoas confundem com o trabalho nas redes de um parlamentar, partido político”.

[Paulo Pimenta, ministro da SECOM.](#)

- Conforme preconiza a nossa Carta Magna, convém destacar que a **publicidade institucional** deve ter, necessariamente, **caráter educativo, informativo ou de orientação social**.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos *deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

[Constituição Federal.](#)

- Em síntese, a Constituição não admite o uso da comunicação pública para ataques políticos ou deboches nada republicanos.
- Ademais, os memes infringem o princípio da impessoalidade, considerando que a comunicação pública deve ser imparcial, independente da autoridade governamental em exercício. Isso é especialmente necessário em regimes democráticos, nos quais há alternância de poder.
- Desse modo, consideramos temerário e inaceitável que o governo faça perseguições a seus adversários, à debacle da insuspeição necessária para boa comunicação governamental e com empenho de recursos públicos para finalidades não coletivas.
- Outro ponto sensível da abordagem pouco democrática da SECOM é o comprometimento da isenção das ações da polícia federal perante a sociedade. Ao escarnecer atividades que deveriam ser ilibadas e isentas do poder de polícia, também prejudica a credibilidade de instituições necessárias para manutenção da ordem e justiça.
- Contra o uso político da comunicação pública e o respeito às instituições pátrias, diversos parlamentares apresentaram críticas e solicitações para que os fatos sejam apurados pelas instâncias competentes.



Agência Senado

“A utilização sucessiva da propaganda oficial pela SECOM para fazer deboche de adversários políticos é, além de ilegal, mais um sinal de que este Governo Lula confunde o público com o privado. No mais, revela o despreparo do atual secretário”.

[Sérgio Moro, senador.](#)



“Ao debochar reiteradamente de seus adversários políticos, muitos deles declaradamente pessoais, a exemplo do ex-Deputado Deltan, observa-se que o Presidente LULA DA SILVA, ainda que indiretamente, tem utilizado a estrutura da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal como um subterfúgio para sua promoção pessoal e de seus aliados políticos, situação que, por si, é flagrantemente ilegal por afronta aos princípios norteadores da Administração Pública e do que preceitua o §1º do art. 37 da Constituição Federal”.

[Deputado Ubiratan Sanderson, cópia do ofício encaminhado ao TCU e ao MPU, veiculado pelo “Poder 360”.](#)



“[...] está muito claro que esse post é um deboche à perseguição sofrida pela direita. Não podemos aceitar que o aparato estatal seja usado para atacar opositores”.

[Deputado Sargento Gonçalves \(PL-RN\).](#)

# 2 ECONOMIA

## Governo do PT ‘tortura’ dados para maquiar fiasco nas contas públicas e na segurança

**Aliados de Lula distorcem números oficiais para esconder desempenho pífio em áreas importantes**

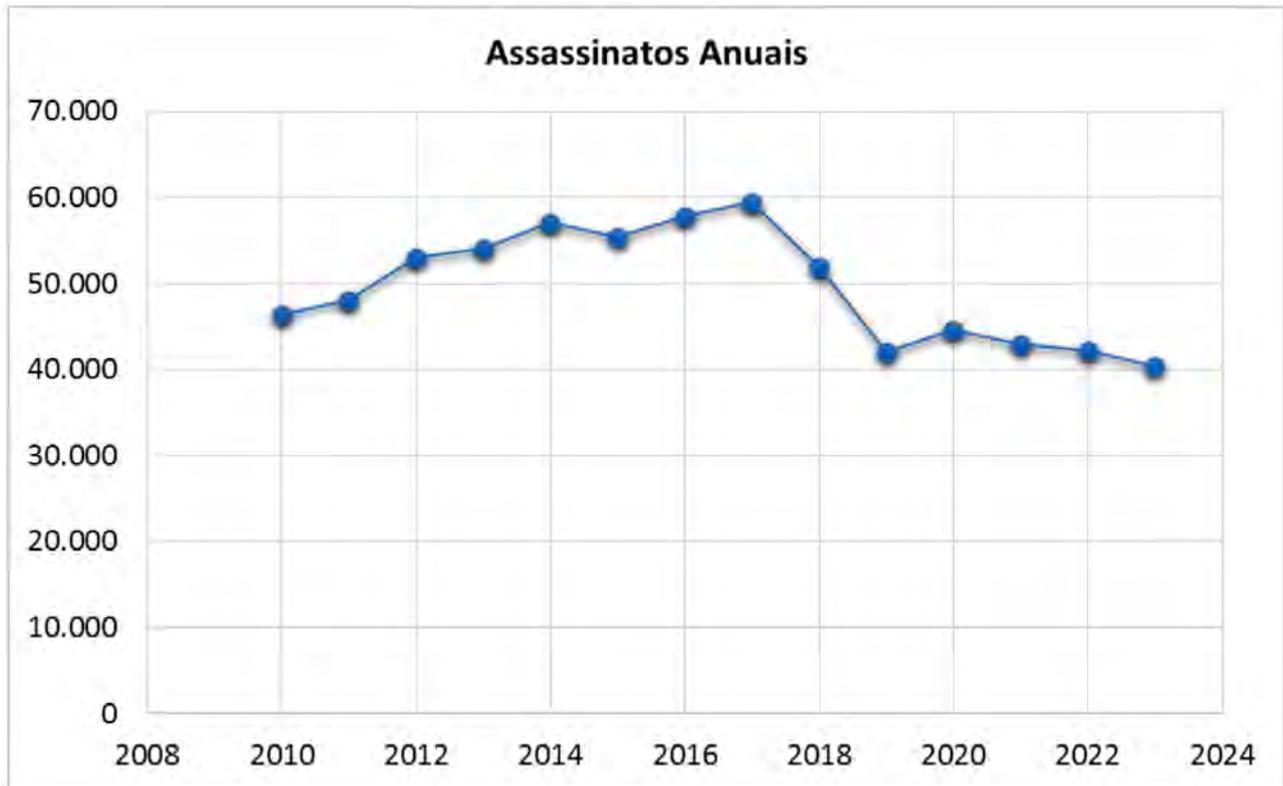
### Furos de Dados/Dados Enganosos

Como foi divulgado:



Destacamos como a divulgação **enganosa** faz parecer que os assassinatos entre 2019 e 2023 caíram pela metade. Na realidade, a diferença é de menos de 6%. Por isso, colocamos o dado real abaixo:

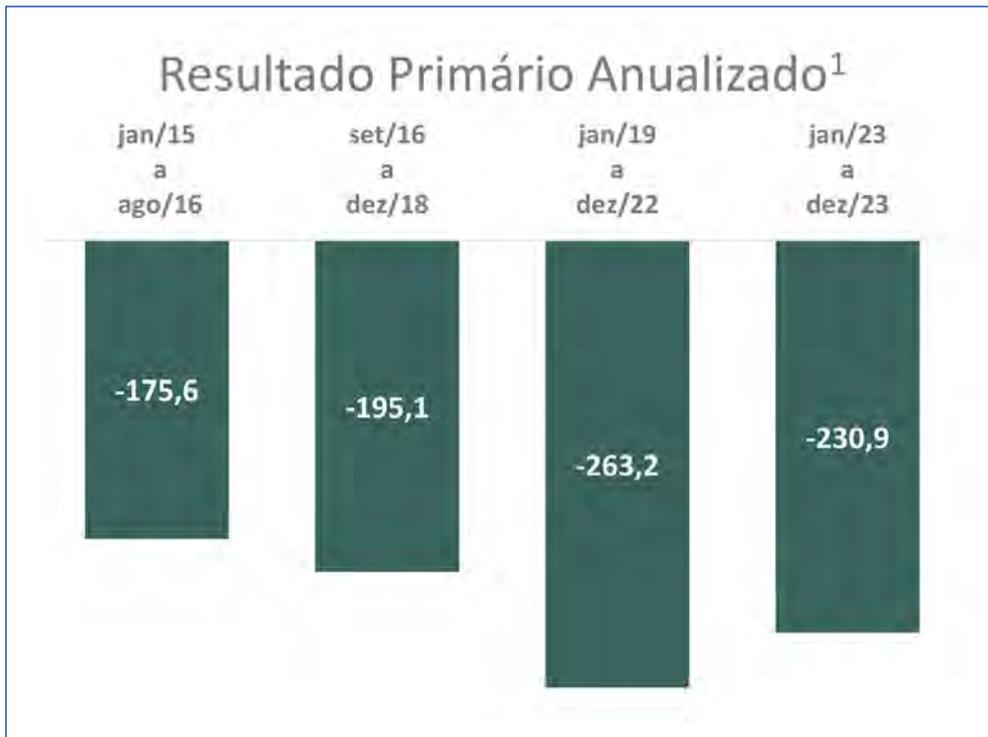
### Dados Reais



O dado revela que, na verdade, os assassinatos tiveram uma queda significativa após 2017. Entre 2020 e 2023, observa-se uma queda no número de assassinatos ano a ano.

### Dado Enganoso em entrevista do Secretário do Tesouro

Em entrevista ao Estadão, o Secretário do Tesouro afirmou que o déficit de R\$230,5 bilhões, o maior da história com exceção da pandemia, seria positivo por ser maior que a média de resultado primário do governo Bolsonaro. A informação foi replicada no relatório fiscal do tesouro:



Fonte: [Resultado do Tesouro Nacional](#)

O dado é enganoso por duas razões:

- A primeira é que o suposto resultado de -263,2 bilhões de déficit não é o dado real. É a média dos meses multiplicada por 12. Caso o Secretário tivesse tirado a média do ano, usando o dado efetivamente observado, teria reportado uma média de déficit (acima da linha) no governo anterior de -R\$206,7 bilhões, um valor **menor** do que o de 2023.
- A segunda é que o Secretário esqueceu dos gastos extraordinários da pandemia. Sem 2020, a média anual de déficit teria sido de -R\$27,9 bilhões, menos de 10% do déficit de 2023 deixado pelo atual governo.



## Lula termina 2023 com rombo de R\$ 230 bi nas contas públicas

**Haddad passa longe de cumprir a promessa de zerar déficit fiscal; expansão descontrolada de gastos reedita um modelo que já custou caro ao país**

- O resultado fiscal do governo em 2023 foi de um déficit de -R\$ 230,5 bilhões, cerca de 2,1% do PIB. O déficit está acima do projetado na LOA de 2023 e é o maior já registrado - com exceção do período da pandemia.
- A expectativa do governo era encerrar o ano com 1% do PIB de déficit. Com isso, a atual gestão estourou a própria meta em mais de 100%. Como consequência, a dívida pública subiu cerca de 2,1 p.p., enquanto no governo anterior a dívida se reduziu em 3,6p.p.
- O governo justificou que o resultado decorreu do pagamento dos precatórios - ignorando que não teria atingido a própria meta mesmo se não pagasse essa rubrica.

**EVAIR** | DEPUTADO FEDERAL  
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- Primeiramente, ao menos R\$ 60 bilhões em precatórios teriam de ser pagos em 2023 de qualquer forma. Portanto, não procede a informação de que o déficit seria R\$ 95 bilhões menor com a regularização dos pagamentos.
- Além disso, o pagamento dos precatórios poderia ter sido diluído ao longo dos anos para gerar menor impacto anual. No entanto, o governo pode ter evitado esse pagamento para tentar atingir a meta fiscal de uma forma mais artificial, dando a ilusão de menores gastos.
- Destacamos, também, que o pagamento dos precatórios trocou uma dívida, contraída majoritariamente nos governos do PT, por outra. Esse pagamento com emissão de dívida terá impacto nos juros e já elevou a dívida pública nacional.
- Notamos, por último, que apesar de o ministro da Fazenda alardear um suposto calote nos precatórios feito pelo governo Bolsonaro, a bancada do PT do Senado à época votou favoravelmente à proposta - foram 5 votos favoráveis e 1 abstenção.
- Finalizamos afirmando que o ajuste fiscal somente por meio da receita não será capaz de estabilizar o orçamento público. Até o momento, o governo ainda não apresentou um plano de reequilíbrio fiscal condizente com as necessidades do país. Na realidade, o que se observa é um governo tentando fazer frente a sua necessidade de expandir gastos - o que já deu errado em gestões anteriores.

# 3 TRABALHO E EMPREGO

## Com Lula 3, geração de empregos despenca no Brasil

**Abertura de postos de trabalho com carteira assinada no país caiu 26% em 2023 na comparação com o ano anterior, o pior desempenho desde o início da pandemia da Covid-19**

O Ministério do Emprego e Trabalho divulgou, no último dia 30, dados do Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, programa que reúne dados do governo federal sobre empregos formais, o qual demonstrou que houve desaceleração na criação de empregos pelo segundo ano seguido.

Uma das promessas do Governo Lula foi a criação de 2 milhões de postos de empregos com carteira assinada no ano de 2023. No entanto, o resultado frustrou a expectativa do governo ao registrar a criação de 1,5 milhão de vagas registradas, queda de 26,3% em relação ao último ano de governo de Jair Bolsonaro, que gerou



2.013.340 novos postos. Os dados são corroborados pela divulgação da PNAD Trimestral pelo IBGE. No resultado, os empregos formais tiveram baixo crescimento. Mais uma vez, quando comparado ao governo do presidente Jair Bolsonaro, o resultado fica ainda pior, uma vez que em 2021, um ano após a pandemia do COVID-19, foram criados 2.779.900 novos postos de empregos.

Em dezembro de 2023, os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos negativos no cadastro de empregados e desempregados: serviços (-181.913 postos); indústria (-111.006 postos); construção (-75.631 postos); agropecuária (-53.660 postos) e comércio (-7.949 postos). Destacamos o resultado do agro também pela PNAD Trimestral, que acumula seis trimestres de queda de emprego.



Fonte: [Painel de Informações do Novo Caged](#)

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, colocou a culpa do resultado nos juros e na informalidade do país. O ministro esquece, no entanto, que a criação de vagas de trabalho foi superior no governo Bolsonaro mesmo quando os juros estavam maiores. Na verdade, com a queda dos juros registrada nas últimas reuniões do COPOM, esperava-se um fôlego maior para os empregos.

Em termos de informalidade, a criação de postos informais no governo anterior veio acompanhada de postos formais durante a recuperação pós-pandemia. Isso de forma nenhuma prejudicou a criação de vagas formais. Na realidade, o ministro prejudica a criação de vagas formais ao atacar a Reforma Trabalhista e ao tentar realizar “decretações” que dificultam o trabalho aos feriados, por exemplo.

# 4 AGRO

## ‘Motor’ do PIB, Agro paga a conta do populismo de Lula

**Governo estrangula orçamento do Seguro Rural, principal política de proteção ao setor agrícola, em meio a perspectivas de redução de colheita por conta do El Niño**

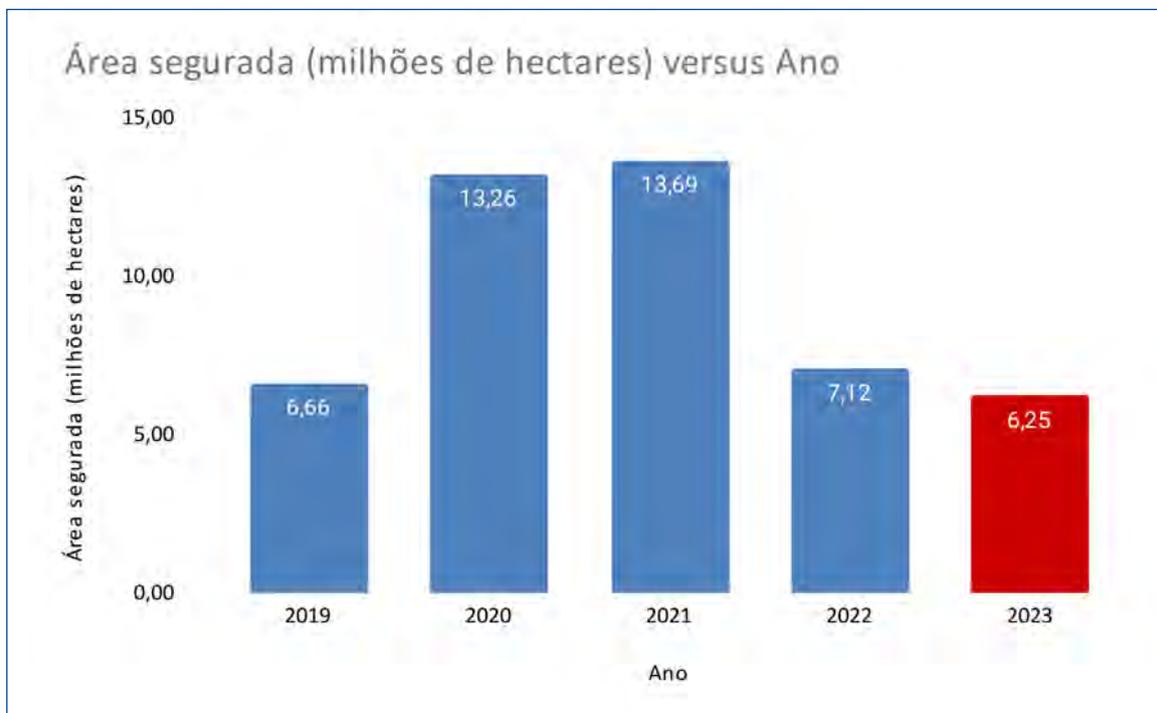
O Agro, apesar de ser o motor da economia brasileira e sustentar nosso PIB positivo, não está livre de riscos e incertezas. A produção agrícola brasileira deste ano deve cair cerca de 5% em relação à safra anterior, que atingiu recordes de 322,8 milhões de toneladas de grãos. Reflexo da presença do fenômeno El Niño mais severo, que deve perdurar até meados do ano.



Com isto, cresce significativamente o endividamento do Agro. O setor demanda investimentos substanciais em tecnologia e maquinário para garantir a competitividade. Porém, enfrenta desafios decorrentes de condições climáticas adversas e a diminuição nos preços das commodities. Essa conjuntura já é conhecida há alguns meses e demanda planejamento e políticas públicas eficientes e assertivas.

O problema é que o governo Lula não ouve o setor e vai na contramão do que vem sendo desenhado como uma “tempestade perfeita”.

Isto porque a medida notoriamente mais eficaz e menos dispendiosa para os cofres públicos passa pela gestão de riscos climáticos, através do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). Entretanto, o governo cada vez mais achata o PSR.



Fonte: Atlas do Seguro Rural.

Todos os anos, o setor produtivo levanta a necessidade de recursos para cada programa da política agrícola. No caso do Seguro Rural, o setor apresentou demanda de R\$ 3 bilhões para 2024. Em contrapartida, o presidente Lula não só sancionou a Lei Orçamentária Anual (LOA) com cortes que reduziram para apenas R\$ 964,5 milhões, como também vetou dispositivo aprovado pelo Congresso Nacional que protegia o Seguro Rural de contingenciamentos e cortes orçamentários. Vale lembrar que de R\$ 1,06 bilhão aprovado para 2023, apenas R\$ 933,1 milhões foram executados pelo governo.

Em outras palavras, nitidamente o Seguro Rural está longe de ser uma prioridade para este governo. Mas isso tem uma explicação. O governo Lula prefere turbinar aqueles programas antiquados, dispendiosos, pouco eficazes e que inflam a máquina pública, como a política de formação de estoques públicos reguladores.

No caso da crise que vem se alastrando no setor, a [ordem do Planalto](#) é simples: **“Deixe o setor se amargar em crise, para então o presidente Lula chegar com a solução”**. E qual seria a solução? Através de medidas de repactuação de dívidas e lançamento de linhas de crédito emergencial para os produtores rurais.

Tal medida é populista, porém extremamente dispendiosa para o Tesouro Nacional. Apesar de evitável, se fará necessária pelo governo propositalmente não ter feito o dever de casa. Não foi por falta de aviso, mas pela vontade incessante que o Partido dos Trabalhadores (PT) tem de criar enredos em que Lula saia como protagonista da salvação.



## MEIO AMBIENTE

### Crise Yanomami: um ano de discursos vazios e omissão

**Reserva indígena contabiliza 308 mortes e um assustador aumento de casos de doenças graves após a posse de Lula; petista se mostrou mais preocupado em construir narrativa contra antecessor do que em resolver o problema**

*A crise no território yanomami em 2023 revelou uma série de falhas e negligências por parte do governo Lula. Ao responsabilizar o governo anterior, Lula não apenas falhou em enfrentar a crise, mas suas ações e falta de comando agravaram ainda mais a situação.*



Estóje

No início de 2023 (até maio), o IBAMA chegou a assumir um papel que parecia ser proeminente. Sua posterior retirada e falta de engajamento deixaram um vácuo de gestão no território yanomami. A ausência de uma estratégia governamental consistente e sustentável revelou a falta de comprometimento em resolver a crise de forma duradoura.

Conseqüentemente, o retorno assustador do garimpo ilegal e o aumento alarmante no número de mortes yanomamis evidenciaram a incapacidade do governo em lidar efetivamente com a crise. Dados do [Ministério da Saúde](#) revelaram que as mortes em 2023 (sem considerar dezembro) continuaram em patamares extremamente elevados, quando comparadas com o total de 2022. Foram 308 óbitos ante 345 no ano anterior, reafirmando a tragédia humanitária e destacando a vulnerabilidade extrema dos indígenas na região.

Com esses dados, fica evidente que as [acusações](#) de Lula ao governo anterior, no início de seu mandato, não passavam de narrativas ideológicas com a única finalidade de buscar visibilidade internacional ao expor o problema yanomami. Foi motivada mais por interesses políticos do que pelo compromisso efetivo com a causa indígena. Uma vez alcançada a visibilidade desejada, o presidente abandonou a causa, revelando sua falta de integridade e responsabilidade diante da tragédia em curso.

Depois de desempenho desastroso, iniciou-se um embate interno entre diferentes órgãos do governo, notadamente entre o Ministério dos Povos Indígenas e as Forças Armadas. Enquanto a cúpula do PSOL e sua ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara, [culpavam](#) única e exclusivamente as Forças Armadas, os militares [demonstraram](#) que Lula não atendeu às demandas diagnosticadas para a região.



Isto ressalta a falta de coordenação e cooperação do governo, que se mostra mais preocupado em blindar o real culpado: o presidente Lula. Essa desunião prejudica qualquer tentativa de resposta coesa e eficaz, criando um ambiente propício para o agravamento da crise.

Segundo levantamento do [Poder 360](#) com dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), as notificações de doenças respiratórias, casos críticos de diarreia e contaminações por malária aumentaram significativamente ao longo do 1º ano da gestão de Lula. Foram:

---

**27.649**

casos de malária, contra 15.561 em 2022;

---

**5.598**

casos de síndrome respiratória grave em 2023, contra 2.478 em 2022;

---

**20.524**

casos de síndrome gripal em 2023, contra 3.203 em 2022;

---

**9.550**

casos de doenças diarreicas agudas em 2023, contra 5.902 em 2022.

---

Em resumo, a crise yanomami em 2023 não é apenas resultado de circunstâncias adversas, mas também da incompetência, falta de liderança e negligência do governo. O cenário caótico exige uma resposta imediata e efetiva, algo que, até o momento, tem sido notavelmente ausente na gestão de Lula.